

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Comunidade BrasileiraClass.: 139Data: 02-05-85

Pg.: _____

Secretário impede indenização

O secretário de Segurança de Goiás, José Freire, desencadeou uma campanha junto aos políticos de Tocantinópolis no sentido de convencer as 541 famílias de posseiros que ocupam as terras dos índios Apinajé, situadas naquele município, a não receberem a indenização que a Fundação Nacional do Índio está pagando pelas benfeitorias existentes na reserva. A denúncia foi feita pelo delegado da Funai em Araguaína, antropólogo Gilberto Azanha. Segundo ele, os políticos locais, orientados por José Freire, acusam o órgão tutor de estar agindo de forma precipitada e informam aos posseiros que com o novo governo será possível modificar o decreto que fixou a reserva Apinajé em 142.600 hectares.

Com isso, todo o trabalho montado pela equipe da Funai desde o dia 18, no sentido de pagar as indenizações e agilizar a retirada dos colonos da reserva Apinajé, foi prejudicado. Conforme Gilberto Azanha, no

último dia 22, com auxílio da Rádio Nacional da Amazônia e distribuição de circulares, os posseiros foram informados para comparecer aos postos instalados pelo órgão tutor a fim de receber o que tinham direito. Em seguida, a equipe da Funai solicitou à Polícia Militar — Comando do 3º Batalhão de PM de Araguaína — apoio de infraestrutura e segurança, o que foi negado por ordens do comando geral da corporação, obedecendo determinação do secretário de Segurança, José Freire. E sem segurança é impossível pagar as indenizações.

Conforme Gilberto Azanha, judicialmente já esgotou o prazo — 60 dias — para que os envolvidos contestem o decreto de demarcação. Este prazo expirou no dia 15 de abril. Assim, ele entende que qualquer reformulação do texto legal, visando reduzir a reserva Apinajé, só poderá acontecer se houver pressão política, apesar de ser um ato ilegal.